

2005\_05\_07

## Destaque

### Agência Estado

04/05/2005

18:27 IGP-M NÃO É A CAUSA DO FORTE AUMENTO DE TARIFAS, DIZEM AGENTES

São Paulo, 04 - A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e a **Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)** manifestaram preocupação em relação a disposição do governo federal de buscar negociar alternativas para a indexação dos contratos das distribuidoras de energia ao IGP-M.

As entidades esclareceram que não foi o atrelamento dos contratos das distribuidoras ao índice, considerado pelo governo mais sensível à variação cambial, o fator responsável pela forte elevação das tarifas de energia elétrica. Ambas temem que eventuais mudanças na indexação dos contratos terminem por afetar a expansão do setor elétrico.

"As tarifas de energia elétrica têm como componentes os tributos, os encargos setoriais, o custo de geração, o custo da transmissão e o custo da distribuição", lembra o diretor Regulatório da Abradee, Fernando Maia. "Desses componentes, a distribuição foi o único segmento que tem apresentado uma variação dos seus custos inferior à do IGP-M".

Ele explicou que, desde os leilões de privatização, as companhias de distribuição de energia têm obtido ganhos de produtividade e eficiência, que foram repassados para os consumidores. Os contratos de concessão embutem o chamado Fator X, um índice que leva em conta os ganhos de produtividade e que permite um abatimento na variação do IGP-M no momento dos reajustes das tarifas das companhias.

Maia acrescentou que na geração ainda existem contratos iniciais indexados ao IGP-M e que a energia de Itaipu adquirida pelas companhias é indexada ao dólar, mais a variação da inflação norte-americana. "As principais causas do recente aumento das tarifas de energia têm sido os aumentos de impostos, encargos, custos da energia e custo da transmissão, cuja variação tem superado a registrada no IGPM", acrescentou **o diretor-presidente da CBIEE, Cláudio Sales**.

O executivo lembrou ainda que o IGP-M é o índice de maior utilização no sistema financeiro. "A mudança de indicadores se traduz em riscos que podem se traduzir em custos adicionais", advertiu. Maia acrescentou que o governo federal

acena com a possibilidade de alterar o índice em um momento em que existe a necessidade de ampliação da oferta de energia. "Não se pode resolver um problema de curto prazo criando outro para o longo prazo", disse ele, citando a possibilidade de se criar turbulências que afetem os investimentos no setor. Os representantes das duas entidades informaram que não houve, até o momento, nenhuma manifestação formal do governo federal em relação a negociações envolvendo o IGPM nos contratos.

(Eugênio Melloni)